

**A.I. N.º** - 146547.0015/03-4  
**AUTUADO** - O CRUZADO COM. DE BEBIDAS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
**AUTUANTE** - OLGA MARIA COSTA RABELLO  
**ORIGEM** - INFAZ ILHÉUS  
**INTERNET** - 14.04.04

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0098-03/04

**EMENTA: ICMS. 1.** SIMBAHIA. MICROEMPRESA. RECOLHIMENTO A MENOR DO IMPOSTO. Infração subsistente. **2.** CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. SUPRIMENTO DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. O autuado não comprova a origem dos recursos. Efetuada correção no cálculo do imposto devido. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/05/03, exige ICMS no valor de R\$1.867,58, acrescido das multas de 50% e 70%, em razão das seguintes irregularidades:

- 1 - “Recolheu a menor o ICMS, na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA)” - R\$ 200,00;
- 2 - “Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na conta Caixa” – R\$1.667,58.

O autuado apresenta impugnação, às fls. 189 a 190, apenas em relação à infração 2, alegando que em virtude de dificuldades financeiras contraiu empréstimos junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Afirmar que a autuante não tomou conhecimento de tais empréstimos porque a responsável pelo setor encontrava-se de licença maternidade. Acrescenta, ainda, que existem duplicatas pendentes de pagamento, relativas ao exercício de 2000. Ao final, nega a existência de omissão de mercadorias, apurada na ação fiscal.

O autuante, em informação fiscal, à fl. 303, não acata as alegações defensivas, dizendo que o Auto de Infração foi lavrado à vista da documentação apresentada pelo autuado. Acrescenta que não consta na declaração do IRPJ do contribuinte valores referentes a empréstimos.

Tendo em vista que o autuado, por ocasião de sua defesa, anexou aos autos nova documentação (fls. 191 a 297), referentes a empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e afirma que há duplicatas, relativas ao exercício de 2000, ainda pendentes de pagamento; considerando que a autuante lavrou o Auto de Infração com base nos documentos apresentados pelo autuado no momento da ação fiscal, esta JJF deliberou que o presente processo

fosse convertido em diligência à ASTEC, para que fiscal estranho ao feito fosse designado, a fim de que tomasse as seguintes providências:

- 1) Examinasse, a documentação acima mencionada, informando se procedem as alegações defensivas.
- 2) Solicitasse a declaração do Imposto de Renda, visando comprovar:
  - a) se os empréstimos foram declarados;
  - b) se os empréstimos foram pagos.
- 3) Examinasse os extratos bancários do sujeito passivo ou outros documentos que possam comprovar o efetivo ingresso dos empréstimos na contabilidade da empresa, bem como os pagamentos dos empréstimos por parte do autuado.
- 4) Elaborasse novo demonstrativo de débito, caso pertinente, ou seja, se comprovada a realização dos empréstimos e a existência de duplicatas pendentes de pagamento.

A fiscal diligente, atendendo a solicitação supra, através do Parecer ASTEC nº 0264/03 (fls. 309 e 310), prestou as seguintes informações:

1 – que apesar dos empréstimos mencionados pelo autuado não terem sido declarados no Imposto de Renda, as operações ficaram comprovadas através dos extratos bancários fornecidos pelas Instituições Financeiras (fls. 317 e 318), conforme demonstrativo à fl. 309.

2 – que as duplicatas protestadas constantes na Certidão Positiva emitida pelo Cartório de Protesto de Títulos da Comarca de Ilhéus (fls. 339 a 346) e relacionadas à fl. 312, foram consideradas como quitadas.

Considerando as informações acima mencionadas, a diligente refez os resumos de fluxo de Caixa, apurando saldos credores de Caixa nos meses de junho a novembro/00, conforme demonstrativo à fl. 311.

Dessa forma, elaborou novo demonstrativo de débito para a infração em exame (2), à fl. 314, reduzindo o valor a ser exigido para R\$392,58, sendo que até a ocorrência outubro/00, os cálculos obedeceram aos critérios do SIMBAHIA, e no mês de novembro/00 foi concedido o crédito de 8%, conforme a legislação em vigor.

Tanto o autuado como a autuante tomaram ciência (fls. 349 - verso e 350) dos novos documentos e demonstrativos juntados aos autos, porém não se manifestaram.

## **VOTO**

Em relação à infração 1, não houve contestação por parte do autuado, o que implica no reconhecimento tácito do cometimento da mesma.

No que diz respeito à infração 2, o § 4º, do art. 4º, da Lei nº 7.014/96, preconiza que o fato de a escrituração indicar saldo credor de Caixa, suprimentos a Caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.

Portanto a referida presunção é “juris tantum”, ou seja, admite prova contrária, cabendo ao contribuinte comprovar a sua improcedência.

O autuado alegou que contraiu empréstimos junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e que existem duplicatas pendentes de pagamento, relativas ao exercício de 2000, fatos que não foram considerados durante a ação fiscal.

Diante da documentação que foi juntada aos autos, o processo foi convertido em diligência à ASTEC, sendo que a fiscal diligente, através do Parecer ASTEC nº 0264/03 (fls. 309 e 310), informou que apesar dos empréstimos mencionados pelo autuado não terem sido declarados no Imposto de Renda, as operações ficaram comprovadas através dos extratos bancários fornecidos pelas Instituições Financeiras (fls. 317 e 318), conforme demonstrativo à fl. 309.

A diligente constatou, ainda, que haviam duplicatas protestadas constantes na certidão positiva emitida pelo Cartório de Protesto de Títulos da Comarca de Ilhéus (fls. 339 a 346) e relacionadas à fl. 312, excluindo, dessa forma, tais duplicatas de seu levantamento fiscal.

Considerando as informações acima mencionadas, a diligente refez os resumos de fluxo de Caixa, apurando saldos credores de Caixa nos meses de junho a novembro/00, conforme demonstrativo à fl. 311, e elaborou novo demonstrativo de débito para a infração em exame (2), à fl. 314, reduzindo o valor a ser exigido para R\$392,58, com o qual concordo.

Vale ressaltar que para a apuração do imposto devido, a diligente, acertadamente, até a ocorrência outubro/00, efetuou os cálculos com base na apuração simplificada do imposto, ou seja, obedecendo aos critérios do SimBahia, sendo que no mês de novembro/00 foi concedido o crédito de 8%, em face do disposto no § 1º do artigo 19, da Lei nº 7.357/98 (Lei do SimBahia), com a alteração introduzida pela Lei nº 8.534/02.

Acrescento, ainda, que tanto o autuado como a autuante tomaram ciência (fls. 349 - verso e 350) dos novos documentos e demonstrativos juntados aos autos, porém não se manifestaram, o que implica na concordância tácita com os novos números apresentados.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, de acordo com os demonstrativos de débitos às fls. 2 e 314, referentes, respectivamente às infrações 1 e 2.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **146547.0015/03-4**, lavrado contra **O CRUZADO COM. DE BEBIDAS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$592,58**, sendo R\$200,00, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b, item 3 da Lei nº 7.014/96 e demais acréscimos moratórios, e 70% sobre R\$392,58, prevista no inciso III da citada lei e artigo e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de abril de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA